

Barriga de Aluguel:
o esquema de grampos telefônicos em Mato Grosso

Layllah Guedes – 15/0135211

“O jornalista é um profissional que presta um serviço público, que lida com acontecimentos do mundo real e que antes de se preocupar em relatar suas histórias tem o dever de saber e conhecer em detalhes os fatos a serem narrados”

Sérgio Mattos

Foi descoberto um esquema de espionagem no setor de inteligência da Polícia Militar do Mato Grosso, com a possível conivência do Governo de Estado, no qual mais de 700 pessoas tiveram seus telefones grampeados ilegalmente desde o ano de 2014. Dentre elas estavam políticos, advogados, médicos, servidores públicos e até um jornalista, cujo nome é José Marcondes Muvuca. As solicitações para dar procedência aos grampos eram assinadas pelo coronel Zaqueu Barbosa e pelo cabo Gerson Correia Júnior.

Supostamente, a Polícia Militar do Mato Grosso tratava como alvo uma quadrilha especializada em tráfico de drogas e, assim, conseguiu a autorização de um juiz que atuava na comarca de Cárceres, região da fronteira com a Bolívia. O juiz, ao ler o teor das investigações, concedia o aval para as escutas de todos os alvos, dando início, então, ao esquema conhecido como *“barriga de aluguel”*, um tipo de gravação telefônica clandestina de pessoas que não são acusadas de delitos.

O desenrolar do crime se deu da seguinte forma: em meio a uma lista de possíveis traficantes, estavam números de pessoas comuns, ou de pessoas significativamente influentes, como as mencionadas anteriormente. Essas pessoas tinham “codinomes” semelhantes aos seus nomes originais. A Polícia Militar pedia a quebra do sigilo telefônico de criminosos e enviava essa lista com nomes de pessoas que não tinham nenhuma ligação com o crime ou com os criminosos. Além de casos relacionados à quadrilha de tráfico de drogas, o grupo também utilizou uma investigação contra assaltantes de supermercados para grampear números de políticos. Entre eles estava a deputada estadual Janaína Riva, que só soube ser vítima de grampo ilegal por meio de uma reportagem feita pelo *Fantástico* (TV Globo), apesar de já ter levantado alguma suspeita. Outra vítima foi o advogado José do Patrocínio, que foi coordenador jurídico na campanha de Lúdio Cabral em 2014, adversário do então governador do estado.

O caso chegou às autoridades no final de 2015, por meio de uma denúncia anônima recebida pelo ex-secretário de Segurança Pública do Mato Grosso, Mauro Zaque, quando atuava no governo Pedro Taques. Mas, de acordo com o Governo do Estado, o Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) decidiu pelo arquivamento por insuficiência de evidências. Já no final do ano de 2016, a denúncia chegou à Procuradoria Geral da República e está sob o comando do procurador Rodrigo Janot, que decidiu dar continuidade às investigações e está apurando se o governador tinha real conhecimento do esquema.

O repórter especial do *Fantástico*, Maurício Ferraz, ficou responsável de apurar as informações acerca do caso *“barriga de aluguel”*. A matéria feita por ele foi veiculada no dia 14 de maio deste ano (2017), e foi considerada por alguns como uma “reportagem tecnicamente impecável”, já que ele mostrou ao Brasil o grande esquema de escutas telefônicas no estado do Mato Grosso. Ferraz procurou entrevistar muitas

das vítimas do caso mencionado, entre elas o jornalista Muvuca, que o parabenizou e agradeceu pela reportagem. Após a divulgação da reportagem, o ex-secretário Paulo Taques, primo do então governador, pediu demissão da chefia da Casa Civil, mas negou que tenha pedido demissão em virtude da matéria que seria veiculada no programa.

A matéria feita pela equipe do *Fantástico*, com o jornalista Maurício Ferraz, cobriu todo o caso, apurando desde o suposto início de tudo (2014), trabalhou de forma investigativa e entrevistou praticamente todos os envolvidos, tanto as vítimas, como os principais acusados, destacando os vários pontos de vista.

Sob o ponto de vista ético, a cobertura foi positiva, pois o *Fantástico* foi o primeiro e praticamente único a trazer à tona o assunto para os cidadãos, como também, foi possível perceber o cumprimento de muitos artigos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, tais como: combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação; divulgar todos os fatos que sejam de interesse público; ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas; tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar; a divulgação da informação, precisa e correta, é dever dos meios de divulgação pública, independente da natureza de sua propriedade; a informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo.

Logo, ao expor os fatos para a população, de forma limpa e imparcial, dando espaço para que todos se pronunciassem, levando em consideração a presunção de inocência dos acusados, assim como seguindo todos os requisitos mencionados anteriormente, concluímos que a matéria foi veiculada de acordo com a ética jornalística.



Denúncias foram apresentadas pelo ex-secretário Mauro Zaque (Foto: José Medeiros/Gcom MT)

Referências bibliográficas:

G1, Globo. Disponível em <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/esquema-grapeou-telefones-de-politicos-advogados-e-jornalista-em-mt.ghtml>. Acesso em 22 de junho de 2017.

Estadão. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/para-conter-crise-mato-grosso-suspende-maquina-de-grampos-da-pm/>. Acesso em 20 de junho de 2017.

Associação Brasileira de Imprensa. Disponível em <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em 20 de junho de 2017.

FolhaMax. Disponível em <http://www.folhamax.com.br/politica/deputados-advogados-assessor-do-vice-e-jornalista-sao-alvos-de-escutas-ilegais-em-mt/124214>. Acesso em 20 de junho de 2017.